§ 4.º O prazo de validade dos concursos conta-se a partir da publicação no *Diário do Governo* da respectiva classificação.

Art. 48.º Quando se verifique impedimento legal ou incompatibilidade de qualquer dos vogais do júri, poderá o Secretário de Estado da Agricultura, sob proposta do director-geral dos Serviços Pecuários, autorizar a sua substituição.

Secretaria de Estado da Agricultura, 27 de Janeiro de 1967. — O Secretário de Estado da Agricultura, *Domingos Rosado Vitória Pires*.

Despacho

Considerando que a epidemia de peste equina actualmente grassando com intensidade nas regiões do Norte do continente africano representa uma ameaça para a equinicultura nacional;

Considerando que se deverá procurar, por todos os meios, evitar a possibilidade da invasão da doença ao território continental português;

Considerando ainda que me foi proposto pela Direcção-Geral dos Serviços Pecuários:

Determino, nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 39 209, de 14 de Maio de 1953, que em toda a província do Algarve seja interdito o acesso de equídeos (cavalos, muares e asininos) aos molhes, cais de embarque e desembarque, ancoradouros, etc., das respectivas zonas marítimas e fluviais.

Secretaria de Estado da Agricultura, 9 de Janeiro de 1967. — O Secretário de Estado da Agricultura, *Domingos Rosado Vitória Pires*.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Junta Central de Portos

Portaria n.º 22 490

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Comunicações, de harmonia com o disposto no artigo 96.º do Estatuto das Juntas Autónomas dos Portos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 37 754, de 18 de Fevereiro de 1950, manter em vigor as tarifas provisórias da Junta Autónoma dos Portos de Barlavento do Algarve, aprovadas pela Portaria n.º 15 497, de 9 de Agosto de 1955, com as alterações introduzidas pelas Portarias n.ºs 15 974, de 18 de Setembro de 1956, e 18 147, de 23 de Dezembro de 1960.

Ministério das Comunicações, 27 de Janeiro de 1967. — O Ministro das Comunicações, *Carlos Gomes da Silva Ribeiro*.

Administração-Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones

Edital

Nos termos e para os efeitos do disposto no § 1.º do artigo 1.º do Regulamento para o Serviço de Receptáculos Postais Domiciliários, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 37 927, de 1 de Agosto de 1950, e em cumprimento

do determinado na Portaria n.º 22 391 de SS. Ex.ªs os Ministros do Interior e das Comunicações de 24 de Dezembro de 1966, a seguir se fixam as zonas e prazos para a instalação de receptáculos postais domiciliários nos prédios situados nas áreas de distribuição postal urbana:

Da cidade de Bragança:

Até 31 de Dezembro de 1967 — em todos os prédios situados nas freguesias de Sé e Santa Maria, da mesma cidade.

Da cidade de Chaves:

Até 31 de Dezembro de 1967 — em todos os prédios situados na freguesia de Santa Maria Maior, da mesma cidade.

Da cidade de Elvas:

Até 31 de Dezembro de 1967 — em todos os prédios situados nas freguesias de Alcáçovas, Assunção, Salvador e S. Pedro, da mesma cidade.

Da cidade de Estremoz:

Até 31 de Dezembro de 1967 — em todos os prédios situados nas freguesias de Santa Maria e Santo André, da mesma cidade.

Da cidade da Guarda:

Até 31 de Dezembro de 1967 — em todos os prédios situados nas freguesias de Sé e S. Vicente, da mesma cidade.

Da cidade de Lamego:

Até 31 de Dezembro de 1967 — em todos os prédios situados nas freguesias de Sé e Almacave, da mesma cidade.

Da vila do Barreiro:

Até 31 de Dezembro de 1967 — em todos os prédios situados nas freguesias do Barreiro e Lavradio, da mesma vila.

Da vila de Cascais e ainda à povoação da Parede:

Até 31 de Dezembro de 1967 — em todos os prédios situados na freguesia de Cascais, da mesma vila.

Da vila de Gondomar:

Até 31 de Dezembro de 1967 — em todos os prédios situados na freguesia de Gondomar, da mesma vila.

Da vila de Matosinhos:

Até 31 de Dezembro de 1967 — em todos os prédios situados na freguesia de Matosinhos, da mesma vila.

Da vila de Oeiras:

Até 31 de Dezembro de 1967 — em todos os prédios situados na freguesia de Oeiras, da mesma vila.

Da vila de Sintra:

Até 31 de Dezembro de 1967 — em todos os prédios situados nas freguesias de S. Martinho, Santa Maria e S. Pedro, da mesma vila.

Da vila de Torres Vedras:

Até 31 de Dezembro de 1967 — em todos os prédios situados nas freguesias de Santa Maria e S. Pedro, da mesma vila.

Da vila de Vila Nova de Gaia:

Até 31 de Dezembro de 1967 — em todos os prédios situados nas freguesias de Mafamude (Gaia) e Santa Marinha (Gaia), da mesma vila.

Da cidade de Angra do Heroísmo:

Até 31 de Dezembro de 1967 — em todos os prédios situados nas freguesias de Sé, Conceição, S. Pedro, Santa Luzia e S. Bento, da mesma cidade.

Da cidade do Funchal:

Até 31 de Dezembro de 1967 — em todos os prédios situados nas freguesias de Sé, S. Pedro, Santa Luzia e Santa Maria Maior, da mesma cidade.

Da cidade da Horta:

Até 31 de Dezembro de 1968 — em todos os prédios situados nas freguesias de Angústias, Matriz e Conceição, da mesma cidade.

Da cidade de Ponta Delgada:

Até 31 de Dezembro de 1967 — em todos os prédios situados nas freguesias de S. José, S. Sebastião, S. Pedro e Santa Clara, da mesma cidade.

Os proprietários dos prédios que não respeitem os prazos aqui fixados ficam sujeitos às penas de multa prescritas no referido regulamento.

Administração-Geral dos Correios, Télegrafos e Telefones, 7 de Janeiro de 1967. — O Administrador Adjunto, *Henrique Pereira*.

MINISTÉRIO DAS CORPORAÇÕES E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Gabinete do Ministro

Decreto-Lei n.º 47 515

Atendendo às conveniências dos serviços no que respeita ao recrutamento de subinspectores dos quadros da Direcção-Geral do Trabalho e Corporações e da Direcção-Geral da Previdência e Habitações Económicas, dentro da orientação que vem sendo seguida para o provimento de lugares para que é exigido idêntico nível de habilitações;

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. Os lugares de subinspector dos quadros da Direcção-Geral do Trabalho e Corporações e da Di-

recção-Geral da Previdência e Habitações Económicas serão providos, mediante concurso de provas públicas, de entre indivíduos diplomados com um curso superior adequado ou por adjuntos e agentes que possuam, pelo menos, um ano de bom e efectivo serviço e sejam diplomados pelo Instituto de Estudos Sociais (curso de Política Social).

§ 1.º Os adjuntos ou agentes que satisfaçam as condições referidas só podem ser providos nos lugares de subinspector do quadro da inspecção a que pertençam.

§ 2.º Sempre que for julgado conveniente, pode, no provimento destes lugares, o concurso de provas públicas ser substituído por concurso documental, desde que os candidatos tenham obtido nos respectivos cursos classificação igual ou superior a 14 valores.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 27 de Janeiro de 1967. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — *António de Oliveira Salazar* — *António Jorge Martins da Mota Veiga* — *Manuel Gomes de Araújo* — *Alfredo Rodrigues dos Santos Júnior* — *João de Matos Antunes Varela* — *Ulisses Cruz de Aguiar Cortês* — *Joaquim da Luz Cunha* — *Fernando Quintanilha Mendonça Dias* — *Alberto Marciano Gorjão Franco Nogueira* — *Eduardo de Arantes e Oliveira* — *Joaquim Moreira da Silva Cunha* — *Inocêncio Galvão Teles* — *José Gonçalo da Cunha Sottomayor Correia de Oliveira* — *Carlos Gomes da Silva Ribeiro* — *José João Gonçalves de Proença* — *Francisco Pereira Neto de Carvalho*.

Para ser presente à Assembleia Nacional.

MINISTÉRIO DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA

Gabinete do Ministro

Portaria n.º 22 491

A Portaria n.º 22 313 mandou incluir os estabelecimentos de mercearia na 3.ª classe na tabela anexa às instruções aprovadas pela Portaria n.º 6065, de 30 de Março de 1929.

Verificando-se, no entanto, que a simples inclusão dos estabelecimentos de mercearia no artigo 40.º da referida Portaria n.º 6065 satisfaz os necessários requisitos de ordem sanitária, com a vantagem de simplificar as medidas para a concessão do alvará.

Nestes termos:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Saúde e Assistência, que os estabelecimentos de mercearia passem a ser licenciados nos termos do artigo 40.º da Portaria n.º 6065, de 30 de Março de 1929, deixando de estar incluídos na 3.ª classe na tabela anexa às instruções aprovadas pela mesma portaria.

Ministério da Saúde e Assistência, 27 de Janeiro de 1967. — O Ministro da Saúde e Assistência, *Francisco Pereira Neto de Carvalho*.